



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Serviço Social

Caderno de Prova, Cargo 15, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Instruções:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 Os princípios éticos são normas de comportamento social, e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias. Como normas de comportamento humano, os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas. Ao contrário do que sustentaram grandes pensadores, como Hobbes, Leibniz e Espinosa, a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico (ordine geometrico demonstrata). As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação, como se se tratasse de leis zoológicas. Durante boa parte do século XIX, alguns pensadores, impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza, sucumbiram à tentação de explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas.

Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”. Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação. Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica. Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana. Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.

(Adaptado de COMPARATO, Fábio Konder. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 494-5)

OBS.: Hobbes (1588-1679), Leibniz (1646-1717), Espinosa (1632- 1677) – filósofos

**ordine geometrico demonstrata** – em tradução livre, “demonstrado segundo a ordem geométrica”

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) atribui à filosofia a responsabilidade pelo fato de a ética ser entendida sob perspectivas díspares, entre elas, a da geometria.
  - (B) faz um inventário de como a ética foi concebida no século XIX, para, ao fim, referendar o ponto de vista oferecido pelo determinismo.
  - (C) argumenta em defesa da imutabilidade das normas éticas, por considerá-las produtoras de sistema mais coeso e coerente que muitos outros, o matemático, por exemplo.
  - (D) tematiza a variabilidade da compreensão da ética em certos filósofos, e alude a sua própria idéia sobre o assunto, erigida em consonância com as convergências entre ele e esses pensadores.
  - (E) apresenta sua compreensão da ética e, para mais bem caracterizá-la, vale-se prioritamente de argumentos embasados no contraste.

2. No contexto, a frase do primeiro parágrafo que expressa uma causa é:

- (A) (linhas 13 a 16) *impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza.*
- (B) (linhas 3 a 6) *os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas.*
- (C) (linhas 7 a 9) *a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico* (ordine geometrico demonstrata).
- (D) (linhas 9 a 11) *As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação.*
- (E) (linha 2 e 3) *e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias.*

3. É correto afirmar:

- (A) (linha 12) *século XIX*, de acordo com a norma padrão, deve ser escrito por extenso por meio do numeral cardinal “dezenove”, assim como deve ocorrer com “século VIII”.
- (B) (linha 12) em *Durante boa parte do século XIX*, o adjetivo exprime juízo de valor atribuído aos anos em que ocorreram os fatos mais significativos para a história do pensamento.
- (C) (linha 9) o uso de *tampouco* denota que a seqüência estabelecida na argumentação institui uma hierarquia, na qual os enunciados científicos são considerados os mais desprestigiados.
- (D) (linha 6) o segmento *Ao contrário do que* pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original e da correção, por “Contrariamente ao que”.
- (E) (linhas 4 e 5) a correlação notada na segunda frase do texto é estabelecida por meio das expressões *não só e mas também*, e exprime idéia de alternância.

4. *Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”.*

Considerada a frase acima, em seu contexto, é correto afirmar:

- (A) A conjunção *Ora* estabelece com a frase anterior relação de mera adição, equivalendo a “além disso”.
- (B) A locução verbal *queira eliminar* expressa um fato considerado em sua efetiva realização.
- (C) A forma verbal *desafiando* expressa noção de “tempo”.
- (D) A expressão *por mais que se queira* pode ser substituída por “ainda que se deseje e se insista em”, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical.
- (E) A expressão *previsão “científica”* é formada por palavras que se excluem mutuamente, o que justifica o emprego das aspas para indicar que deve ser entendida em sentido figurado.

<p>5. <i>Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação.</i></p> <p>Afirma-se com correção, considerada a frase acima, em seu contexto:</p> <p>(A) O emprego de <i>Somos</i> produz generalização, mas relativa, pois o argumento produzido não chega a abarcar a totalidade da condição humana.</p> <p>(B) No segmento <i>Somos o único ser que combina</i>, uma vírgula colocada depois de <i>ser</i> manteria o sentido original e a correção da frase.</p> <p>(C) A frase, estruturada em torno dos verbos <i>Somos e combina</i>, expressa o descolamento do ser em relação à coercitividade do universo natural.</p> <p>(D) Explica-se cabalmente o paralelismo estabelecido na frase deste modo: <i>a necessidade física e biológica está para os deveres éticos, assim como a sujeição está para a ação.</i></p> <p>(E) O fragmento <i>Somos o único ser que combina</i> pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por “Somos um ser que combina, por excelência”.</p>	<p>8. <i>Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.</i></p> <p>A alternativa que apresenta, de maneira clara e correta, o modo como a frase acima deve ser entendida, no seu contexto, é:</p> <p>(A) Entretanto isso não condiz, visto que não devemos considerar esses itens disciplinadores da vida social em seus princípios constitutivos.</p> <p>(B) Tratam-se, todavia, de fatores que, apesar de serem considerados limitando, não devem ser tidos como inibidores do desenvolvimento social, em princípio.</p> <p>(C) Contudo, isso não justifica que tais elementos que influenciam a vida social sejam concebidos como predeterminantes dos rumos que ela venha a tomar.</p> <p>(D) Mas é o caso de se deixar de lado que os fatores sejam condicionantes da sociedade, pelo fato de constituir princípios de direção.</p> <p>(E) Porém, esses fatores não basta para que se deva tomá-los como idéias norteadoras da vida em sociedade, sendo mesmo fatores que condicionam.</p>
<p>6. <i>Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica.</i></p> <p>Observada a frase acima, e sempre considerando o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>Como é passível de comprovação</i>, a conjunção introduz um dos termos de uma relação comparativa.</p> <p>(B) O adjetivo <i>passível</i> está empregado em respeito à norma padrão da Língua Portuguesa, assim como o está em “Eram depoimentos realmente passível de contestação”.</p> <p>(C) A expressão <i>em toda sociedade</i> pode ser substituída por “na sociedade como um todo”.</p> <p>(D) O emprego de <i>determinados</i> contribui para a expressão da idéia de que o homem, por meio de sua ação, pode relativizar exclusivamente as forças exteriores que o cerceiam.</p> <p>(E) Em <i>como o patrimônio genético</i>, o termo destacado equivale a “a exemplo de”.</p>	<p>9. A expressão do texto que está corretamente entendida é:</p> <p>(A) <i>premissas doutrinárias</i> – verdades conclusivas de um conjunto de conhecimentos ou crenças.</p> <p>(B) <i>sucumbiram à tentação de explicar</i> – renderam-se às evidências de que era errôneo explicar.</p> <p>(C) <i>explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas</i> – justificar o nascimento da espécie tomando como paradigma o fatalismo.</p> <p>(D) <i>passível de comprovação</i> – suscetível de ter sua validade atestada.</p> <p>(E) <i>tem sido um desafio constante lançado à espécie humana</i> – surge intermitentemente como chamado à ação humana como espécie.</p>
<p>7. <i>Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana.</i></p> <p>A frase acima, em seu contexto, abona a seguinte assertiva:</p> <p>(A) <i>Vencer</i> constitui emprego do infinitivo como substantivo, emprego também exemplificado por “Recordar é viver”, que equivale a “A recordação é vida”.</p> <p>(B) o pronome <i>tais</i> introduz idéia de indeterminação, para que se compreenda que o citado desafio está relacionado a qualquer que seja a limitação imposta à espécie humana.</p> <p>(C) a palavra <i>limites</i>, cognata de <i>limitações</i> (linha 25), foi empregada sem a noção de “cerceamento” notada no uso desta última.</p> <p>(D) o emprego de <i>tem sido</i> constitui um deslize do autor, pois, de acordo com a norma padrão, a forma correta a ser empregada é “têm sido”.</p> <p>(E) o sinal indicativo da crase está usado em conformidade com a norma padrão, assim como o está em “lançado à qualquer que seja o ser humano”.</p>	<p>10. Considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. O autor entende a Ética como o campo de conhecimento metafísico que, baseado nas finalidades últimas, ideais e transcendentais da ação humana, busca estabelecer as leis que garantam a perfectibilidade da organização social.</p> <p>II. O autor entende que o homem é dotado de capacidade individual de autodeterminação, caracterizada por compatibilizar autonomia e livre-arbítrio com os múltiplos condicionamentos naturais, psicológicos ou sociais que impõem predisposições ao seu agir.</p> <p>III. A referência a Hobbes, Leibniz e Espinosa e a citação de uma expressão em latim são elementos do discurso que revelam a seguinte intencionalidade do autor: realizar recorte excludente no potencial grupo de leitores, baseado na especialidade profissional.</p> <p>O texto abona SOMENTE</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>

**Instruções:** As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1            *Nos séculos XVIII e XIX e no começo do século*  
*XX, os extraordinários acontecimentos que anunciavam a*  
*promessa de uma nova sociedade pareciam dividir*  
*nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da*  
5 *liberdade e do progresso social, permitindo aos*  
*revolucionários traduzir em programas políticos sua fé na*  
*força emancipatória da aliança entre o intelectual educador*  
*e o proletário moderno. Contudo, seu diagnóstico da*  
*realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces*  
10 *dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação*  
*e domínio emersas das próprias revoluções democráticas,*  
*detectando um problema central para aqueles que ainda*  
*hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que*  
*ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária*  
15 *podem se ampliar e ter efetividade em um universo*  
*impregnado – e decodificado – pela cultura do*  
*individualismo e da competição.*

(PIOZZI, Patrizia. **Os arquitetos da ordem anárquica:** de Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 213.)

11. No primeiro período do texto, referindo-se aos séculos XVIII, XIX e ao começo do século XX, a autora
- (A) manifesta sua compreensão de que episódios antecipadores de novas ordens sociais derivam necessariamente de um entendimento dicotômico do mundo – os bons, defensores da liberdade, e os maus, seus inimigos.
  - (B) desenvolve a idéia de que visões do mundo que implicam divisões rígidas entre defensores e inimigos da liberdade conduzem a projetos que convencem mais pela crença do que pelo exercício da razão.
  - (C) assinala que os programas políticos dos revolucionários, que expressam a convicção de que a união entre o intelectual educador e o proletário moderno constitui um vetor de libertação, circularam em contexto que dava a impressão de supor o mundo dividido em dois blocos.
  - (D) defende a idéia de que a visão do mundo como tensão entre forças opostas – a dos defensores e a dos inimigos da liberdade – é concepção desvirtuada, produzida pela proximidade de acontecimentos extraordinários que anteciparam novos rumos para a sociedade.
  - (E) denuncia a irresponsabilidade de uma visão de mundo maniqueísta (de um lado os defensores da liberdade, de outro, seus inimigos), que, por sua inoperância, provoca a promessa de mundos mais justos, em que intelectuais e proletários formem uma aliança digna.

12. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

Observado o período acima e o contexto, é correto afirmar que

- (A) o emprego de *já* denota anterioridade da ação de “diagnosticar” em relação à ação de “atentar”.
- (B) a frase articulada em torno de *detectando* tem caráter hipotético.
- (C) a expressão *ainda hoje* contribui para exprimir a idéia de anacronismo.
- (D) as expressões *a busca intelectual do verdadeiro* e *a ação solidária* correspondem, respectivamente, a *utopia* e *lógica dos fatos*.
- (E) os dois-pontos poderiam dar lugar, sem comprometimento da correção e do sentido originais, à formulação destacada em: “... a lógica dos fatos, **a saber**, até que ponto...”.

13. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas...*

No fragmento acima, sempre considerado o contexto,

- (A) *Contudo* tem o mesmo valor que a expressão destacada em “Ele não veio, **ainda assim** foi-lhe feita a homenagem programada”.
- (B) o emprego de *próprias* fortalece o seguinte entendimento: não seria de se esperar que novas formas de manipulação e domínio adviessem das revoluções democráticas.
- (C) se a frase *embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé* for substituída por “se, por acaso, não abalasse os alicerces dessa fé”, o sentido original ficará mantido.
- (D) *seu* remete a *proletário moderno*, termo da oração imediatamente anterior.
- (E) *emersas*, considerada em relação à palavra “imersas”, pode servir de exemplo de palavra homônima homófona e homógrafa.

14. Passagens foram pontuadas de maneira distinta daquela encontrada no texto. O segmento alterado, indicado entre reticências, que está pontuado conforme a gramática normativa e que mantém o sentido original, é:

- (A) (linhas 2 e 3) ... *acontecimentos, que anunciavam a promessa de uma nova sociedade,...*
- (B) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores, e os inimigos da liberdade, e do progresso social...*
- (C) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente: o mundo entre os defensores; e os inimigos da liberdade e do progresso social...*
- (D) (linha 6) ... *traduzir, em programas políticos, sua fé...*
- (E) (linhas 7 e 8) ... *força emancipatória da aliança, entre o intelectual educador, e, o proletário moderno...*

15. Transpondo a frase *os extraordinários acontecimentos pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da liberdade e do progresso social* para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:

- (A) parecia ser dividido.
- (B) pareciam ter sido divididos.
- (C) tinha sido dividido.
- (D) tinha parecido dividir.
- (E) pareciam dividirem.

16. Muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar instância particular /instância comum. O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência do seu papel. Às vezes, seus interesses pessoais podem correr o risco de prejuízo. Mas ele tem de ser um mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito institucional em que se dão as decisões; estas afetam o conjunto das pessoas.

O discurso acima está lógica, clara e corretamente organizado num único período assim:

- (A) Muitos são os exemplos que elucidam a dificuldade de se harmonizar a instância particular com a comum, a exigir a tomada de consciência do homem que milita na esfera política acerca da necessidade de sua atuação como mediador entre os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que se tomam decisões para o conjunto da sociedade, ainda que, em certas circunstâncias, seus interesses pessoais possam correr o risco de ser prejudicados.
- (B) Visto que muitos exemplos elucidam como é difícil harmonizar a instância particular e a comum, o homem militante está na hora de tomar consciência do seu papel político, quando corre o risco, às vezes, de ter interesses pessoais prejudicados, mas deve ser o mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito em que as decisões coletivas são tomadas, que afetam a todos.
- (C) O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência – considerado que muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar entre si as instâncias particular e a comum: seu papel é daquele que media os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que as decisões são tomadas, vindo a afetar o conjunto das pessoas e, porventura, o seu próprio interesse pessoal.
- (D) É difícil, e há exemplos disso, de que o particular e o comum raramente se harmonizam, mas, mesmo correndo riscos de ter interesses pessoais prejudicados, o homem que milita na esfera política tem de conscientizar de que seu papel é mediar interesses entre os anseios das distintas camadas da sociedade com o âmbito institucional em que as decisões em plano de nação são tomadas.
- (E) Muitas vezes o homem que milita na esfera política conhece a dificuldade de harmonizar a instância particular e a comum, e muitos exemplos há disso, mas é chegada a hora de se tomar consciência do papel do político como mediador dos anseios das diferentes camadas da sociedade frente às instituições em cujo o âmbito tomam-se decisões que afetam toda a sociedade e talvez os interesses pessoais dele.

17. A frase que está clara e totalmente conforme a norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) Estar atento é o dever da humanidade, no sentido de que o descuido com a liberdade pessoal e coletiva não volte a existir e para que sistemas de organização não pareçam como uma receita para os povos.
- (B) Naquele curso, os preparadores se comportavam estabelecendo regras que, se forem seguidas, a pessoa se tornaria um bom profissional, modelo mesmo de atuação bem sucedida.
- (C) Sendo um dos mais preparados, se não o mais competente, começou dizendo que cada um dos que ali estavam tinha condições de chegar aonde quisesse, e que as metas pessoais poderiam ser manifestadas dali a pouco.
- (D) Em certos depoimentos é mostrado o como um cidadão não deve agir, e a análise entre um comportamento adequado e um considerado pouco eficaz deixa claro o que é melhor.
- (E) Apesar do homem não entender o motivo da presença do delegado, observou que ele nada notou nas pessoas ali presentes que pudessem levantar suspeitas.

18. A frase em que a grafia e a acentuação estão em conformidade com as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) Ao se estender esse vizez interpretativo, correm o risco de por tudo à perder, na medida em que será alterada a estratégia da pesquisa previamente adotada.
- (B) Sua pretenção ao consenso esvaiu-se quase que de repente, quando notou que entorno de si as pessoas mais pareciam descansar que dispostas à debates.
- (C) Tomou como ultrage a displicência com que foi recebido, adivinhando que o mal-estar que impregnava o ambiente era mais que uma questão eminentemente pessoal.
- (D) Estava atrás de um acessório que o dispensasse de promover a limpeza do aparelho e sua conseqüente manutenção depois de cada utilização, mas não pôde achá-lo por alí.
- (E) Quando se considera a par do tema, ajuíza sem medo, mas, ao se compreender insipiente, pára tudo e pede aos especialistas que o catequizem no assunto para não passar por néscio.

19. A frase em que a concordância está totalmente conforme as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) A legalidade e a pertinência dos contratos, pelo menos agora, não é mesmo aferível, dado que no campo das relações lusas-latino-americanas deve haver muitos acordos sem registro.
- (B) Os diretores houveram por bem antecipar o anúncio das novas diretrizes, que deveriam passar a ser respeitadas imediatamente em quaisquer que fossem as áreas.
- (C) Foi irresistível a idéia, naquela ocasião, de se estipularem quais as ações solidárias mais úteis do ano e concluiu-se que não existe condições de acordo nesse particular.
- (D) É possível que surja, e não existem pessoas que defendam o contrário, opiniões divergentes de especialistas renomados, e devemos considerá-las com todo respeito.
- (E) Os alicerces teóricos do modelo em estudo pode ser encontrado em várias obras, de vários escritores, inclusive na de um chinês, já encontrada em língua portuguesa.

20. Considerada a norma padrão da Língua Portuguesa, a frase que está totalmente correta é:

- (A) Não sei porque o uso dos porquês constitui entraves, visto que a grande maioria das gramáticas normativas contém explicações detalhadas sobre o assunto.
- (B) Vemos que a percepção de Vossa Senhoria vem de encontro à nossa, Senhor Ministro, e que também considera triste todas as situações relatadas, motivo por que reiteramos que pode contar com nós todos para enfrentar o desafio.
- (C) Visitam muitas comunidades as quais o passado é padrão para o presente e, nelas, se qualquer inovação contradizer os costumes instituídos há gerações, será imediatamente elidida.
- (D) A questão com que os estudiosos não souberam lidar tem a ver com a impressão que causaram nos habitantes da mata: a de que vinham para instruí-los a como viver bem.
- (E) A produção daquele grupo de nativos é 2 vezes superior da que se realiza pelos que vêm de fora e, se não advirem, por interferência dos mal-informados, restrições ao modo primitivo de tratar as fibras, essa proporção pode aumentar.

21. O Administrador Público ao observar que determinado servidor público deixou de desempenhar, reiteradamente, suas atribuições com dedicação, passando a ter comportamento desleixado, improdutivo e indiferente no cumprimento dos seus deveres, resolve instaurar processo disciplinar tendo em vista a violação do princípio da

- (A) publicidade.
- (B) eficiência.
- (C) continuidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) legalidade.

22. Considere as seguintes proposições:

- I. No ato administrativo discricionário, a competência pode ser transferida pela simples vontade dos agentes públicos interessados.
- II. O poder hierárquico conferido à Administração Pública relaciona-se com o requisito de validade do ato administrativo da competência.
- III. O motivo expresso como razão determinante do ato discricionário vincula a Administração Pública, de tal forma que, uma vez constatada a falsidade do motivo, o ato não será válido.
- IV. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta enquanto que a presunção de veracidade é relativa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. De acordo com a Lei nº 8.112/90, no processo administrativo disciplinar, o prazo para conclusão da sindicância NÃO excederá

- (A) cento e vinte dias, podendo ser prorrogado pelo tempo necessário para a regular apuração da existência de infração disciplinar.
- (B) noventa dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do presidente da comissão processante.
- (C) noventa dias, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, a critério da autoridade superior.
- (D) sessenta dias, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, a critério do presidente da comissão processante.
- (E) trinta dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

24. Considere as seguintes assertivas a respeito das responsabilidades:

- I. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- II. Não há responsabilidade civil decorrente de ato omissivo culposo, inclusive se resultar em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- III. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- IV. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

25. No que se refere aos prazos e situações deles decorrentes, nos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, analise:

- I. Os interessados serão intimados de diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se a data, a hora e o local de sua realização.
- II. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser sucinto e emitido no prazo máximo de dez dias, improrrogáveis.
- III. O prazo para a interposição de qualquer recurso administrativo é de quinze dias, contado a partir da divulgação oficial da decisão recorrida.
- IV. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados, no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior, podendo este, se for o caso, ser dilatado até o dobro.

Nesses casos, APENAS são corretos:

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e IV.

26. NÃO é causa de perda ou suspensão de direitos políticos:

- (A) cancelamento da naturalização por decreto do Presidente da República, em processo administrativo, assegurada a ampla defesa.
- (B) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- (C) improbidade administrativa, nos termos delineados na Constituição Federal do Brasil.
- (D) incapacidade civil absoluta.
- (E) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos da Constituição Federal do Brasil.

27. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de

- (A) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, maiores de setenta anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (B) vinte e um anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- (C) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, maiores de sessenta anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (D) dezesseis anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de quatorze anos e menores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (E) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, maiores de sessenta e cinco anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

28. Espécie normativa que poderá ser adotada pelo Presidente da República, no caso de relevância e urgência, com força de lei e submetida de imediato ao Congresso Nacional.

Trata-se de

- (A) medida provisória.
- (B) emenda à Constituição.
- (C) lei ordinária.
- (D) lei complementar.
- (E) decreto legislativo.

29. Quanto as funções essenciais à Justiça estabelecidas na Constituição Federal, considere:

- I. ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- II. o Conselho Nacional do Ministério Público tem como seu presidente o Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- III. o Chefe do Ministério Público nos Estados é o Defensor Público-Geral, escolhido, em lista tríplice pelas Assembléias Legislativas.
- IV. o Membro do Ministério Público adquirirá a vitaliciedade após quatro anos de exercício.
- V. são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) I e V.
- (D) II e IV.
- (E) II e V.

30. A Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, estabeleceu, dentre outras hipóteses, que é obrigatória a promoção de juiz que figure por

- (A) seis vezes consecutivas ou oito alternadas em lista de antiguidade.
- (B) cinco vezes consecutivas ou sete alternadas em lista de merecimento.
- (C) quatro vezes consecutivas ou seis alternadas em lista de antiguidade.
- (D) três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- (E) duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

<p>31. O Movimento de Reconceitualização é prisioneiro de uma antiga contradição; a coexistência de uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita, originando um duplo dilema até hoje presente na prática profissional:</p> <p>(A) o positivismo e o reformismo.          (B) o pragmatismo e o idealismo.          (C) o messianismo e o fatalismo.          (D) o liberalismo e o conservadorismo.          (E) o tomismo e o catolicismo.</p>	<p>35. A reforma promovida na Previdência Social teve como uma das principais medidas o aumento da idade mínima para a aposentadoria. Este fato ocorreu durante o</p> <p>(A) primeiro mandato do governo Luis Inácio Lula da Silva.          (B) governo de Fernando Collor.          (C) governo José Sarney.          (D) governo Fernando Henrique Cardoso.          (E) governo Itamar Franco.</p>
<p>32. O Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos instrumentos utilizados pelo Estado, pelo empresariado e com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentamento e regulação da chamada questão social. Assim, compreende-se que a prática profissional do serviço social é</p> <p>(A) impedida de se expressar livremente, pois a ela é imposta uma gama de diretrizes que estão além da capacidade individual de cada Assistente Social.          (B) permeada por valores contraditórios, exigindo do profissional uma postura ético-política neutra.          (C) dividida entre aqueles que optam por um projeto político em prol das classes subalternas e aqueles que estão a serviço do grande capital.          (D) controlada pelas várias entidades sócio-assistenciais estatais, imputando à profissão um caráter conservador intransponível.          (E) polarizada pelos interesses de classes sociais, não podendo ser pensada fora desta relação.</p>	<p>36. As proposições mais recentes de "flexibilização das relações de trabalho"</p> <p>(A) atendem as demandas da maioria das organizações dos trabalhadores.          (B) colidem com os direitos sociais conquistados historicamente.          (C) são próprias do modelo fordista de controle da força de trabalho.          (D) encontram fortes resistências nos meios empresariais.          (E) chocam-se com as exigências do processo de globalização neoliberal.</p>
<p>33. A Seguridade Social, na Constituição Federal de 1988, aparece como um conjunto de direitos públicos. É função da seguridade:</p> <p>(A) promover a igualdade.          (B) promover a autonomia.          (C) reduzir a violência.          (D) assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.          (E) melhorar a qualidade de vida.</p>	<p>37. O processo de inversão dos discursos e práticas realizado pelo Estado, na condução das políticas sociais dos anos 90, originou a refilantropização social, no sentido de uma moderna filantropia empresarial e no crescimento das ONGs. Essa expressão, refilantropização, surgiu para explicitar</p> <p>(A) o apelo às novas formas de caridade religiosa em detrimento da sociedade civil laica.          (B) a expansão do voluntariado para as causas humanitárias em situações de tragédias naturais e de calamidades públicas.          (C) o movimento por meio do qual o Estado vai progressivamente assumindo o papel subsidiário e complementar no equacionamento das demandas sociais, transferindo às organizações sociais da sociedade civil as iniciativas deste campo.          (D) a privatização da assistência social e a publicização da previdência voltada às diversas categorias de trabalhadores públicos e privadas.          (E) a politização da sociedade civil organizada entre uma gama variada de atores sociais tais como: empresas, instituições religiosas, partidos políticos.</p>
<p>34. O CONAD, Conselho Nacional Anti-Drogas, aprovou a nova Política Nacional sobre Drogas. Um dos pressupostos desta política é</p> <p>(A) reduzir as conseqüências sociais e de saúde, decorrentes do uso indevido de drogas para a pessoa, comunidade e a sociedade.          (B) reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada.          (C) discriminar as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.          (D) esclarecer à sociedade sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas pelo uso indevido de drogas e suas conseqüências.          (E) organizar campanhas de prevenção do uso indevidos de drogas.</p>	<p>38. O surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão sócio-técnica do trabalho, bem como a estruturação de seu mercado de trabalho é resultante</p> <p>(A) da caridade das "senhoras da sociedade" em favor dos menos favorecidos.          (B) das ações da Igreja Católica numa perspectiva assistencial, religiosa e filantrópica.          (C) da mobilização do Estado e do empresariado, com o suporte da Igreja Católica para a cristianização da sociedade.          (D) do enfrentamento do proletariado à classe dominante e os posicionamentos da sociedade perante esse conflito.          (E) de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários.</p>

<p>39. A “matéria prima” e a justificativa da constituição do espaço profissional do Assistente Social na divisão sócio-técnica do trabalho e na construção de sua identidade profissional é</p> <p>(A) a questão social, entendida como a disputa pela riqueza social na sociedade capitalista pelas classes sociais.</p> <p>(B) o usuário e suas relações históricas, sociais e políticas.</p> <p>(C) a família, entendendo-a como “lócus” privilegiado de convivência e sobrevivência.</p> <p>(D) a gestão das políticas públicas assistenciais.</p> <p>(E) a reprodução social da vida, através de mecanismos que possam atingir resultados concretos.</p>	<p>43. A conjuntura do pós 64 abriu no Brasil a necessidade de um processo de renovação do Serviço Social, que assumiu três direções. Uma delas está voltada para a adequação do serviço social à ordem sócio-política implantada em 1964. Essa tendência da renovação do Serviço Social se qualifica como</p> <p>(A) reatualização do conservadorismo.</p> <p>(B) reformismo profissional.</p> <p>(C) perspectiva modernizadora.</p> <p>(D) paradigma fenomenológico.</p> <p>(E) político-ideológico.</p>
<p>40. A Lei Federal nº 8.662, de 07/06/93, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e no Artigo 5º é colocado que são atribuições privativas do profissional de Serviço Social</p> <p>(A) ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades.</p> <p>(B) elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais.</p> <p>(C) dirigir serviços técnicos em entidades públicas ou privadas, bem como supervisionar os trabalhos de todos os envolvidos.</p> <p>(D) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.</p> <p>(E) prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais.</p>	<p>44. A reconceituação apontava para uma crítica radical ao tradicionalismo. A passagem dos anos 70 aos 80 e o movimento operário sindical, o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com este tradicionalismo, com implicações para a profissão. Neste contexto, os Assistentes Sociais investiram fortemente em dois planos:</p> <p>(A) organizou-se a categoria profissional e investiu-se na formação por meio da pós-graduação.</p> <p>(B) reforçou-se a erosão do Serviço Social tradicional e reafirmou-se a liderança dos profissionais no contexto da América Latina.</p> <p>(C) validou-se o tradicionalismo e propiciou-se condições sociais novas ao desenvolvimento da profissão.</p> <p>(D) integrou-se a profissão no circuito universitário e bloqueou-se o processo de renovação da área.</p> <p>(E) organizou-se a classe trabalhadora e qualificou-se a categoria profissional.</p>
<p>41. O Código de Ética, vigente desde 1993, nos indica a diretriz para o exercício profissional, um caminho ético-político. O desafio está em</p> <p>(A) trabalhar em equipe com profissionais que possuem princípios éticos não políticos.</p> <p>(B) comprometer-se com a emancipação e a plena expansão dos movimentos sociais.</p> <p>(C) conseguir a organização e a repercussão efetiva da ética nos movimentos reivindicatórios.</p> <p>(D) materializar os princípios éticos na cotidianidade do trabalho profissional nas instituições.</p> <p>(E) ter autonomia e emancipação profissional.</p>	<p>45. A construção e a visualização de uma identidade profissional, no mercado de trabalho, e a luta pela produção de novas práticas sociais que tenham na consolidação da democracia e no fortalecimento da cidadania a sua busca, traz como exigências</p> <p>(A) o reposicionamento das práticas institucionais e as determinações políticas nelas implícitas e as relações entre as áreas do saber.</p> <p>(B) o redirecionamento de algumas áreas do saber para o fortalecimento da cidadania.</p> <p>(C) a superação da relação hegemônica das diferentes áreas do saber em detrimento das práticas institucionais.</p> <p>(D) a paralização do movimento, reduzindo o próprio exercício do saber à transmissão do conhecimento acumulado.</p> <p>(E) a elaboração de uma nova práxis profissional, baseada na heterogeneidade das diversas áreas do saber.</p>
<p>42. É desafio ao profissional do Serviço Social desenvolver mediações que levem</p> <p>(A) à acomodação dos dominados diante das ações dos dominadores.</p> <p>(B) à sublevação dos dominados.</p> <p>(C) ao controle democrático dos recursos institucionais pela própria população.</p> <p>(D) ao usuário a reconhecer suas limitações.</p> <p>(E) à instituição a reconhecer os limites do saber profissional.</p>	<p>46. Considerando a relação teoria-prática, o saber que informa a ação profissional cotidiana é complexo. É uma combinação histórica específica de diversos modos de conhecimento, de certa forma hierarquizados. Em síntese, a construção do saber do profissional, tendo em vista a intervenção, realiza um tríplice movimento de</p> <p>(A) crítica, de construção de um conhecimento novo e de nova síntese no plano do conhecimento e da ação.</p> <p>(B) mediação, de criação de novas propostas e de novos conhecimentos.</p> <p>(C) experimentação, de reconstrução e de superação de limitações.</p> <p>(D) reflexão, de superação de limitações e de resultados.</p> <p>(E) elaboração de conhecimentos, de avaliação e redirecionamento de saberes.</p>

<p>47. A ética passa a ser reconhecida como componente fundamental do projeto profissional do Assistente Social na década de 90, e o debate ético leva em consideração que</p> <p>(A) os limites e as possibilidades de realização profissional estão contidos no próprio profissional.</p> <p>(B) o modelo ético adotado pelo Serviço Social é moralizante e imutável.</p> <p>(C) a possibilidade da coexistência da fé e da razão são inerentes ao modelo ético adotado.</p> <p>(D) os fundamentos da ética são sociais e históricos.</p> <p>(E) os postulados desse debate ético se permeiam pelos postulados da sociabilidade, da dignidade e da perfectibilidade.</p>	<p>51. Ao discorrer sobre planejamento social, o objeto em planejamento é considerado</p> <p>(A) o dado real que se trabalha.</p> <p>(B) a identificação e análise de informações que acontecem em diferentes etapas.</p> <p>(C) um sistema de proposições sobre a instituição.</p> <p>(D) a parte prática e coerente da área de atuação.</p> <p>(E) uma delimitação deliberada a partir dos objetivos institucionais.</p>
<p>48. O Serviço Social e a interdisciplinaridade estão intrinsecamente ligados, uma vez que o Serviço Social articula diferentes conhecimentos de modo próprio, num movimento crítico entre prática-teoria e teoria-prática. Isto, entendendo-se interdisciplinaridade como</p> <p>(A) soma de conhecimentos e alargamento de saberes.</p> <p>(B) fonte de conhecimento e sistematização de outros conhecimentos, que vêm a constituir um novo conhecimento.</p> <p>(C) pluralidade de conhecimentos e diferentes formas de entender o real.</p> <p>(D) prática profissional e objetivação na construção coletiva de novos conhecimentos.</p> <p>(E) postura profissional e princípio constituinte da diferença e da criação.</p>	<p>52. Durante a execução de um Projeto, é correto afirmar que o monitoramento</p> <p>(A) permite aprender o contexto, os insumos internos e externos à organização mobilizados para a consecução do projeto, o perfil do público alvo inscrito e a demanda reprimida.</p> <p>(B) caracteriza-se como um objetivo centralizador, considerando-se que a probidade, competência e eficiência no uso de recursos publicamente apropriados constituem, em regimes democráticos, uma das condições para a confiança pública.</p> <p>(C) fornece informações importantes sobre problemas ou desvios no seu desempenho que podem afetar a obtenção das metas ou resultados propostos, o que permite correções no decorrer da ação.</p> <p>(D) produz mudanças quantitativas, significativas e duradouras na qualidade de vida ou desenvolvimento do público beneficiário da ação que o projeto foi capaz de produzir.</p> <p>(E) demanda a adoção de uma perspectiva comparativa entre o antes e o depois, uma das grandes dificuldades para sua efetivação e para definição das relações de causalidade entre objetivos e resultados do projeto.</p>
<p>49. O conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social, juntamente com um compromisso ético-político, permite que</p> <p>(A) a prática profissional nas instituições não se reduza ao atendimento imediato das demandas.</p> <p>(B) se tenha uma visão compreensiva do Serviço Social, tendo em vista a relação dos espaços de intervenção e o caráter interdisciplinar.</p> <p>(C) a relação do saber profissional se sobreponha ao cotidiano do sujeito.</p> <p>(D) haja um envolvimento permanente com a prática emergente e pura.</p> <p>(E) se privilegie atenção às estratégias técnicas do trabalho social.</p>	<p>53. A Lei Orgânica da Saúde, Lei Federal nº 8.080/90, regulamentou os dispositivos constitucionais sobre a Saúde do Trabalhador. Estes dispositivos abrangem a</p> <p>(A) avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde do trabalhador.</p> <p>(B) formação de comissões/conselhos locais que deliberem sobre o atendimento aos trabalhadores.</p> <p>(C) requalificação dos trabalhadores acometidos de problemas de saúde referentes a dadas profissões.</p> <p>(D) intervenção junto às entidades para a definição das “doenças do trabalho”.</p> <p>(E) garantia ao trabalhador de um atendimento médio prioritário no SUS – Sistema Único de Saúde.</p>
<p>50. A mudança na Assistência Social, no sentido de sua transformação em uma Política Pública, só acontece quando ela passa a diferenciar-se</p> <p>(A) do liberalismo.</p> <p>(B) da filantropia.</p> <p>(C) do Estado.</p> <p>(D) da cidadania.</p> <p>(E) da ideologia.</p>	

<p>54. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a “Constituição Cidadã”, Artigo 5º, todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim, podemos considerar esses direitos, nos seguintes termos:</p> <p>(A) o registro civil de nascimento e a certidão de óbito são pagos, inclusive para os reconhecidos pobres.</p> <p>(B) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não para o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.</p> <p>(C) a lei penal poderá ser retroagida, em qualquer tempo, independente da situação do réu.</p> <p>(D) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.</p> <p>(E) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, sendo optativa a informação à família.</p>	<p>57. Foi somente em 1988, na Constituição Federal, que a Assistência Social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social, como política pública não contributiva. Além da Assistência Social, compõe esse sistema a</p> <p>(A) Saúde e a Educação, não contributivas.</p> <p>(B) Previdência Social e a Saúde, contributivas.</p> <p>(C) Saúde, não contributiva, e a Previdência Social, contributiva.</p> <p>(D) Saúde, a Educação e a Segurança, não contributivas.</p> <p>(E) Previdência, a Saúde e a Segurança, não contributivas.</p>
<p>55. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, no Artigo 7º, dispõe sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Além de outros, um desses direitos é</p> <p>(A) o piso salarial fixo, independente da extensão e da complexidade do trabalho.</p> <p>(B) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.</p> <p>(C) o 13º salário com base na remuneração média ou no valor da aposentadoria.</p> <p>(D) a duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e quarenta e oito horas semanais, facultado a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.</p> <p>(E) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 16 anos.</p>	<p>58. A Lei Orgânica de Assistência Social definiu uma estrutura descentralizada e democrática para a Política Nacional de Assistência Social. Essa estrutura constitui-se de</p> <p>(A) Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estaduais e Nacional de Assistência Social; Planos de Assistência Social, elaborados nas 3 esferas e Fóruns Nacional, regionais e municipais.</p> <p>(B) Fundos Públicos para financiamento das ações; Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estaduais e Nacional de Assistência Social; Fóruns Nacional, regionais e municipais.</p> <p>(C) Planos de Assistência Social, elaborados pelas 3 esferas de governo e Fundos Públicos para financiamento das ações.</p> <p>(D) Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estaduais e Nacional de Assistência Social e Fundos Públicos para as 3 esferas de governo.</p> <p>(E) Fundos Públicos para financiamento das ações; Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estaduais e Nacional de Assistência Social; Planos de Assistência Social, elaborados pelas 3 esferas de governo.</p>
<p>56. As ações na área de assistência social, conforme diz a Lei Orgânica da Assistência Social, são organizadas em um</p> <p>(A) sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social.</p> <p>(B) modelo burocrático e afirmativo da influência de questões inerentes à assistência social.</p> <p>(C) sistema descentralizado, mas onde a participação da população é fictícia.</p> <p>(D) modelo tipicamente brasileiro, onde a solidariedade é fator essencial na dinâmica de gestão da assistência social.</p> <p>(E) sistema que é composto por fóruns e conselhos de assistência social, de caráter transitório e de composição paritária.</p>	<p>59. A IV Conferência de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília/DF, deliberou sobre a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Com base nessa deliberação, o Ministério de Desenvolvimento Social e o Conselho Nacional de Assistência Social elaboraram uma proposta para a Política Nacional de Assistência Social que foi amplamente discutida em todo o território nacional e aprovada em 2004. Qual o instrumento que disciplina a gestão pública da Política Nacional de assistência e o que nele é estabelecido, respectivamente?</p> <p>(A) o Plano Nacional da Assistência Social / as ações e o orçamento para implantação e implementação das mesmas.</p> <p>(B) o Programa de Atenção Integral à Família / o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios capazes de promover, no dia a dia, de forma integrada às demais políticas públicas, o processo de inclusão social.</p> <p>(C) o Centro de Referência de Assistência Social / a atuação com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e fortalecimento do convívio sócio-familiar.</p> <p>(D) a Norma Operativa Básica – Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) / o caráter e os níveis de gestão do SUAS, bem como as funções da política pública e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação.</p> <p>(E) o Fundo Nacional de Assistência Social / os recursos financeiros para o desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios para extensão da proteção social.</p>

<p>60. A proteção social na Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social, para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família.</p> <p>Quais são as proteções afiançadas pela Assistência Social e aonde as ações previstas são desenvolvidas, respectivamente?</p> <p>(A) A transferência de renda e a prestação de serviço à comunidade / CRAS e CREAS.</p> <p>(B) A proteção social básica e a proteção social especial / CRAS e CREAS.</p> <p>(C) a convivência familiar e a medida sócio-educativa / CREAS E CRAS.</p> <p>(D) a prestação de serviço à comunidade e o benefício de prestação continuada / CRAS e CREAS.</p> <p>(E) O abrigo e o programa de atenção integral à família / CRAS e CREAS.</p>	<p>64. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar deve ser realizado sob a responsabilidade do</p> <p>(A) Ministério Público.</p> <p>(B) Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.</p> <p>(C) Conselho Nacional da Criança e do Adolescente.</p> <p>(D) Conselho de Segurança Comunitário.</p> <p>(E) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.</p>
<p>61. Das medidas sócio-educativas, segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, a Prestação de Serviço à Comunidade poderá ser aplicada ao adolescente</p> <p>(A) pelo delegado de polícia.</p> <p>(B) pela Polícia Federal.</p> <p>(C) pelo Ministério Público.</p> <p>(D) pelo advogado.</p> <p>(E) pela Polícia Comunitária.</p>	<p>65. O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 2003, assegura a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe</p> <p>(A) o acesso restrito, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços.</p> <p>(B) a prevenção e manutenção da saúde do idoso por meio da efetivação de um cadastramento da população idosa em base territorial.</p> <p>(C) o atendimento geriátrico e gerontológico em pronto-socorros e hospitais.</p> <p>(D) a garantia do fornecimento com desconto de medicamentos, especialmente os de uso continuado.</p> <p>(E) a cobrança de valores diferenciados pelos planos de saúde privados, em razão da idade.</p>
<p>62. Em relação ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, o ECA determina que é</p> <p>(A) proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.</p> <p>(B) proibido o trabalho de menores de 18 anos em qualquer situação.</p> <p>(C) é permitido o trabalho a menores de 16 anos, salvo nos casos de trabalho insalubre.</p> <p>(D) é permitido o trabalho de crianças menores de 14 anos desde que registrados seus direitos previdenciários no Ministério do Trabalho.</p> <p>(E) é permitido o trabalho de menores de 12 anos em situação de aprendizagem profissional resguardando os direitos trabalhistas e previdenciários.</p>	<p>66. Pelo Estatuto do Idoso, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado a reserva de</p> <p>(A) 5% das unidades residenciais para atendimento aos idosos com critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos da aposentadoria e pensão.</p> <p>(B) 10% das unidades residenciais para atendimento aos idosos e a implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso.</p> <p>(C) 3% das unidades residenciais para atendimento aos idosos e a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso.</p> <p>(D) 1% das unidades residenciais para atendimento aos idosos, com critérios de financiamento compatíveis com os gastos do idoso.</p> <p>(E) 3% das unidades residenciais para atendimento aos idosos e a implantação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso.</p>
<p>63. Uma das grandes conquistas do ECA refere-se ao direito de se ter acompanhante nos casos de internação de criança ou adolescente. Nestes casos, os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão</p> <p>(A) estabelecer procedimentos para a permanência da mãe no maior tempo possível.</p> <p>(B) criar rotinas que favoreçam, em tempo parcial, a permanência dos pais ou responsável.</p> <p>(C) proporcionar condições para permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.</p> <p>(D) identificar a necessidade de permanência do responsável de acordo com as condições físicas da criança.</p> <p>(E) estabelecer permanência mínima de um dos pais ou responsável de acordo com as necessidades físicas da criança ou adolescente.</p>	

67. O Artigo 34, do Estatuto do Idoso, dispõe sobre o benefício mensal de 01 salário mínimo, conhecido por BPC – Benefício de Prestação Continuada, sendo um benefício
- (A) da Assistência Social, integrante do Sistema Único de Assistência – SUAS, pago pelo governo municipal.
  - (B) destinado ao idoso de 65 anos ou mais, sem direito a previdência social e com renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo.
  - (C) que, se concedido a um idoso da mesma família não poderá ser concedido a outro.
  - (D) que deve ser requerido junto à Secretaria de Assistência Social Municipal.
  - (E) que pode ser transferido para outra pessoa da família em caso de morte.

68. Das Disposições Gerais sobre a Administração Pública, em seu Artigo 37, a Lei estabelece que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO, quando houver compatibilidade de horários a de um cargo de
- (A) professor.
  - (B) médico.
  - (C) nível médio ou superior.
  - (D) professor com outro técnico ou científico.
  - (E) médico com outro de professor.

69. O Plano de Seguridade Social do servidor público civil da União visa à cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família. Um dos benefícios concedidos ao dependente é
- (A) o salário família.
  - (B) o auxílio natalidade.
  - (C) a condição individual e ambiental de trabalho satisfatória.
  - (D) a aposentadoria.
  - (E) a assistência à saúde.

70. As estatísticas de triagem, os relatórios das instituições e as entrevistas com usuários são instrumentos e técnicas que permitem identificar as necessidades sociais concretas dos usuários, subjacentes àquelas demandas concretas, desde que o profissional adote uma
- (A) postura investigativa.
  - (B) atitude participativa.
  - (C) ação mediadora.
  - (D) visão de imparcialidade.
  - (E) intervenção crítica.